

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
DISCIPLINA: BRASIL I  
PROFESSOR: LUCIANO FIGUEIREDO  
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

## RESENHA CRÍTICA

Novais, Fernando A.

Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séc. XVI - XVIII). IN: Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). SP: Hucitec, 1979, cap. 2, pp. 12-90.

Segundo o próprio autor, seu projeto era "*uma monografia sobre a política colonial portuguesa, relativa ao Brasil, no período que vai do término da administração do Marquês de Pombal (1777) à vinda da Corte dos Braganças para a América portuguesa (1808)*" (op. cit., p. 9). Percebeu, no entanto, logo de início, o traço marcadamente reformista da política portuguesa do período, voltada para dar cabo de uma insistente crise de difícil solução: a crise do sistema colonial. "*(...) à procura dos mecanismos mais profundos dessa crise, fomos levados a indagações mais amplas sobre a natureza e funcionamento do Antigo Sistema Colonial (...)*" (p.10). "*Dada a natureza do texto, que ambiciosamente se propõe a apreender conexões estruturais de longa duração, era natural que se abrissem em leque toda uma série de problemas que não podiam ser aprofundados (...)*" (p.10, grifo meu).

Temos, pois, grosso modo, um estudo preliminar sobre a natureza e funcionamento do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI ao XVIII).

## O CURSO DO PENSAMENTO DE NOVAIS

Logo de início, Novais nos chama a atenção para o fato de que nossa colonização foi, antes de tudo, parte de um grande sistema de relações metrópole-colônia. O primeiro título é emblemático: "A colonização como sistema". Distingue um tipo específico de colonização, jamais comparável ao da Grécia ou ao de Roma Antigas, por exemplo, não somente quanto à época, no caso, a Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, como diz, mas sobretudo pelos motivos já previamente definidos antes mesmo do primeiro contato com o novo mundo; um conjunto de relações entre metrópoles e colônias já estabelecido antes mesmo da existência de tais colônias. Vai chamá-lo de "Antigo Sistema Colonial da era mercantilista". Trata, pois, de um tipo específico de colonização: a colonização mercantilista. O sistema de relações específico é, portanto, o sistema colonial do mercantilista.

É feliz quando demonstra que dentre uma diversidade de relações metrópole-colônia, realizadas em diferentes circunstâncias históricas, existem "*denominadores comuns*" (p.15) presentes em cada uma das políticas econômicas dos Estados colonizadores europeus. Coloca-nos, então, diante de uma teoria econômica específica: o mercantilismo, o grande "denominador comum".

Os economistas mercantilistas "*teorizavam a posição e função das colônias no quadro da vida econômica dos estados europeus; fixavam, assim, num plano mais abstrato, os fins e objetivos visados nos empreendimentos comerciais (...)*" (p.15, grifo meu). Novais, então, num esforço de síntese, apoiando-se na citação de um teórico mercantilista inglês chamado Postlethwayt, descreve (p.16) o modelo mercantilista, que lá na página 34 nos fará ver que se trata de um modelo puro, abstrato, não contaminado com as "impurezas" da realidade concreta, eu diria: "*Na realidade, nem toda a colonização se desenrola dentro das*

*travas do sistema colonial. Os sistemas nunca se apresentam, historicamente, em estado puro.*" (p.34, grifo meu). Seu pensamento, portanto, analisa a diversidade da realidade concreta (políticas econômicas de cada uma das metrópoles européias), encontra as relações abstratas que são determinantes (os "denominadores comuns") e faz o caminho de volta, armando-se com um sistema mercantilista na sua forma "pura" e, aí sim, apronta-se para utilizá-lo como ferramenta de análise do sistema colonial português, mas também do espanhol, do inglês... O resultado é bastante esclarecedor.

Segundo Postlethwayt, *"as colônias devem: primeiro, dar à metrópole um maior mercado para seus produtos; segundo, dar ocupação a um maior número dos seus (da metrópole) manufactureiros, artesãos e marinheiros; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa."* (p.16). Em linguagem moderna, como diz Novais, as colônias se deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole. Daí a importância que o autor atribui à palavra "sistema" (a colonização como sistema) composto de duas partes fundamentais: a metrópole e a colônia, esta existindo em função das necessidades econômicas daquela. Um sistema.

Logo em seguida, Novais adverte o leitor para o fato de que o "modelo" teórico do mercantilismo nos seus traços mais gerais já descritos, na prática, jamais se realizará em sua plenitude: *"A história real porém se desenrola mais no plano do atípico e do peculiar do que no quadro dos modelos; e a colonização européia (...) oferece toda uma gama de situações, que se afastam ou se aproximam daquele esquema (...)"* (pp.16,17, grifo meu). O "modelo", portanto, é útil somente como paradigma. O "modelo" não explica a realidade inexoravelmente complicada, mas sem ele tal realidade se torna inexplicável. *"Seria, contudo, desconhecer os mecanismos profundos do processo, e ficar na superfície dos eventos, ignorar aquele projeto básico, que por vários séculos enformou a política ultramarina das nações européias, e que faz portanto parte dessa mesma e complexa realidade."* (p.17). O "modelo", não sendo ele em si mesmo a realidade, não deixa de fazer parte da complexa realidade. Toda abstração emerge do concreto.

Seguindo a sua lógica, vai descrever o "modelo" mercantilista de política econômica. Antes, porém, esmaga qualquer ilusão de futuros estudantes de economia, por exemplo, que nesta altura já estariam se preparando para o exame de um tipo específico de doutrina econômica profundamente científica. Novais consegue deixar bem claro que o mercantilismo foi sobretudo um ser pragmático. O texto fala por si mesmo. *"(...) a doutrina mercantilista tem o imediato objetivo de formular normas da política econômica, parte dessa problemática e só para justificar o seu receituário é que se alça à formulação duma teoria explicativa da vida econômica como tal. Não parte de conceitos puros e de uma sistemática explicação da economia para deduzir normas de intervenção nesta realidade, senão percorrer quase o caminho inverso; paralelamente, as preocupações de seus doutrinadores não ultrapassam as fronteiras das suas respectivas nações. É com a "riqueza da Inglaterra" que se preocupa Thomas Mun (...)"* (p.18). Nesta etapa do desenvolvimento de uma teoria econômica realmente científica, o que movia os mercantilistas eram objetivos muito práticos, voltados para a busca do enriquecimento de suas respectivas nações. *"(...) será com a "riqueza das nações" que se preocupará Adam Smith: esse alargamento do horizonte intelectual, que marca etapa decisiva na constituição científica da teoria econômica, numa crescente generalização dos conceitos, corresponde expressivamente a momentos diversos da evolução política econômica do Ocidente europeu"* (p.18).

O "modelo" mercantilista de política econômica é composto, essencialmente, de 5 elementos, sendo o primeiro deles o objetivo fundamental de todo o processo: o metalismo (riqueza é acúmulo de metais amovíveis). Como elementos complementares, a doutrina da balança favorável de comércio, o protecionismo alfandegário, fomentista da produção nacional de produtos competitivos no mercado mundial. Novais salienta com bastante propriedade que *"O mercantilismo não era, efetivamente, uma política econômica que visasse o*

*bem-estar social (...); visava o desenvolvimento nacional a todo preço"* (p.19) cuja produção interna deveria ter baixo custo, para tanto restringindo-se até mesmo o consumo interno. Parece não ter mudado muita coisa de lá para cá, não é mesmo?... Bem, nação e povo definitivamente não eram a mesma coisa naquela época. Daí o 4º elemento: a intervenção do Estado na economia para criar todas as condições de lucratividade, não para o povo mas para as empresas poderem exportar excedentes ao máximo. Para o mercantilismo, a julgar pelo que Novais salienta, o desenvolvimento "nacional" é o desenvolvimento das "empresas da nação". Mas e o povo!?... Bem..., o povo? É..., quer dizer...(?) Ora! Aos mercantilistas não se punham tais questões... Ah!!! Sim, claro! O povo! Como não?! Os mercantilistas não se descuidavam dele. Afinal, é dele a força de trabalho, daí o 5º elemento fundamental de todo o processo de enriquecimento da "nação": uma política de fomento demográfico, "(...) meios de ampliar a força de trabalho nacional e impedir a elevação dos salários, por exemplo." (p.19).

A conclusão a que chega Novais, após o exame do "modelo" mercantilista, emerge quase que espontaneamente seguindo-se o seu método: as colônias "(...) devem se constituir em retaguarda econômica da metrópole" (p.19).

Consciente de que o mercantilismo é sobretudo uma política de Estado Nacional altamente centralizado, forte, Novais então nos fornece um quadro-resumo da conjuntura européia Moderna, mostrando-nos a contradição que "empurrava" as monarquias feudais para o absolutismo, qual seja: a crise social provocada pelo surgimento e expansão de uma vigorosa economia de mercado no interior do próprio modo de produção feudal.<sup>1</sup> Explicamos, pois, resumidamente, o processo histórico do absolutismo monárquico, a luta pela unificação territorial e centralização política, enfim, o surgimento de aparelhos de Estado fortes, sem os quais o mercantilismo jamais vingaria. Enfim, Estado centralizado, dotado de mecanismos capazes de combater as revoltas sociais e, a um tempo, solucionar a crise intervindo na economia, abrindo espaços à expansão do comércio, via mercantilismo. A retomada da expansão econômica aliviava as tensões. "*Só o estado centralizado pôde funcionar como centro organizador da superação da crise ou das crises, catalisando recursos em escala nacional e internacional, avalizando os resultados.*" (p.25).

Novais, da pág. 38 em diante, examinará, um a um, os mecanismos de funcionamento do "Antigo Sistema Colonial do mercantilismo". São eles: o monopólio comercial, o escravismo e o tráfico negro.

Ao analisar a natureza do monopólio colonial (o "exclusivo" metropolitano), Novais não parte de suposição nenhuma, como aqueles que, sem fundamentos, consideram-no (o "exclusivo") como uma opção dentre tantas outras disponíveis na época. Estuda nação por nação, sem pré-conceitos, e chega à seguinte conclusão: o monopólio comercial foi uma imposição das circunstâncias. Ou o monopólio ou a ausência de comércio. A debilidade da acumulação capitalista prévia, em toda a Europa, só tornava viável o empreendimento co-

---

<sup>1</sup> "Seria impraticável, nos limites que nos propomos, tentar aqui uma análise da crise do feudalismo. Digamos apenas, acompanhando as análises de M. Dobb, que, no conjunto, ela deriva não propriamente do renascimento do comércio em si mesmo, mas da maneira pela qual a estrutura feudal reage ao impacto da economia de mercado.<sup>(...)</sup> O revivimento do comércio (isto é, a instauração de um setor mercantil na economia e o desenvolvimento de um setor urbano na sociedade) pode promover, de um lado, a lenta dissolução dos laços servis e de outro lado o enriquecimento da servidão. Nas áreas próximas às grandes rotas comerciais, onde a presença do mercador é mais constante, é o primeiro processo que se faz notar; nas outras áreas, onde o contato com o mercado se dá apenas nas camadas superiores da ordem feudal, é o segundo (reforço da servidão) que se processa. Assim, o desenvolvimento da economia mercantil (com os processos correlatos de divisão social do trabalho e especialização da produção), na medida em que se expande, agrava as condições da servidão - **e no limite promove as insurreições camponesas**. Por outra parte, o próprio alargamento do mercado, à distância, estimula a diferenciação dentro da sociedade urbana; o produtor direto, perdendo o domínio do mercado, tende a se proletarizar - **o que leva às insurreições urbanas.**<sup>(...)</sup> **Nos dois setores abre-se pois a crise social.**" (pp. 22,23. Grifos meus)

mercantil de grande porte e que desfrutasse do "exclusivo" comercial. O exemplo holandês é sintomático. "(...) os holandeses, a partir do fim do século XVI, organizaram várias empresas autônomas para tentar o comércio direto com o Oriente: (...) formaram-se cerca de uma dezena de companhias, armando 65 navios. (...) os resultados foram desastrosos. É que elas acabavam por competir [umas com as outras] na compra dos produtos orientais, o que para mais era agravado pelas condições desse comércio a longa distância (...)" (p.43). Em 1602 impõe-se a orientação monopolista com a constituição da Companhia das Índias Orientais. "(...) o comércio livre ultramarino revela-se ineficaz para as necessidades do capitalismo mercantil europeu carente de estímulos externos [a exploração colonial]; o fracasso da tentativa leva, na prática, à adoção do esquema monopolista." (p.44). Sem o "exclusivo" (monopólio) não há sequer política mercantilista. Um sistema não funciona sem uma de suas engrenagens, e o monopólio comercial era uma delas. O "exclusivo" é inerente ao mercantilismo.

"A análise que vimos esboçando do Antigo Sistema Colonial não se completa sem o estudo (...) do tipo de economia que se organiza nas colônias" (p.69). Novais demonstra que o escravismo e o tráfico negreiro foram conseqüências naturais do sistema colonial mercantilista, cujo objetivo era promover a acumulação de capital nas respectivas metrópoles.<sup>2</sup> **"É esse sentido profundo que articula todas as peças do sistema."** (p.77, grifo meu). Sua explicação sobre a inevitável supremacia do regime de trabalho compulsório nas áreas coloniais plenamente integradas ao "Sistema Colonial mercantilista" é demolidora, sobretudo porque põe por terra antigas concepções que viam, por exemplo, na escassa população europeia as razões da procura do trabalho africano, corrente em alguns livros didáticos, explicação que nunca deu conta de o porquê do trabalho africano ter sido escravo e não "livre" (assalariado).<sup>3</sup> "(...) o desenvolvimento do trabalho "livre" (...) envolveu, de uma parte, a superação dos laços servis (...), de outra, a separação entre os produtores diretos e todos os demais fatores de produção [terras, instrumentos de trabalho]" (p.83). "(...) Marx (...) pôde constatar com nitidez que nas colônias eram desfavoráveis as condições de constituição do regime de trabalho "livre", **sempre havendo a possibilidade de o produtor direto assalariado, apropriando-se de uma gleba de terra despovoada, transformar-se em produtor independente.**" (p.84, grifo meu).<sup>4</sup> Noutras palavras, quem?, por livre e espontânea vontade, trabalharia num engenho de açúcar em troca de um mísero salário, se lhe fosse possível abandoná-lo e, por conta própria ou em associação com terceiros, escolher um bom pedaço de terra para nele construir a sua própria sobrevivência, livre de imposições de toda ordem e sem a obrigação de produzir senão o necessário para o seu próprio sustento e o dos seus? Nestas condições, só à base da corrente e do chicote, ou de quaisquer outros meios de coação, se tornaria viável o implante de uma atividade produtiva, nas áreas coloniais, voltada para o interesse de outrem. Eis aí a indestrutível inexorabilidade do trabalho compulsório, tão bem notada por Novais.

Finalmente, o tráfico negreiro; o grande responsável pela "opção" africana. "(...) **O tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias em escravos, abria um novo e importante setor de comércio colonial, enquanto que o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes**

<sup>2</sup> "(...) no fundo e no essencial, a expansão europeia, mercantil e colonial, processa-se segundo um impulso fundamental, gerado nas tensões oriundas na transição para o capitalismo industrial: acelerar a primitiva acumulação capitalista é pois o sentido do movimento, não presente em todas as suas manifestações, mas imanente em todo o processo" (p. 70).

<sup>3</sup> A escravidão de nacionais, assunto impossível de se desenvolver aqui, deteriora, desagrega, com o tempo, todas as relações sociais; por isso, historicamente, a preferência pela escravização de estrangeiros e o correspondente abrandamento e posterior eliminação da escravidão de nacionais.

<sup>4</sup> "Eric Williams(...)", que retoma as análises marxistas para estudar a gênese do moderno escravismo, nota com muita razão que a implantação do escravismo colonial, longe de ter sido uma opção (salariação, escravismo), foi uma imposição das condições histórico-econômicas" (p.84).

*mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse "gênero de vida"; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole, realizavam-nas os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa "mercadoria" (p.89).*

...

A ausência de uma acumulação primitiva de capital em toda a Europa, a solução deste sério problema para a expansão da economia de mercado, determinou e comandou toda a montagem de um complexo sistema colonial mercantilista. Impôs o "exclusivo" comercial como única solução economicamente viável, compreendendo-se a "concorrência" colonialista como uma disputa entre as nações (disputa entre monopólios) por uma maior parcela de "exclusivos" e não como um processo de ruptura cuja intenção seria pôr fim aos monopólios comerciais. Em razão do papel destinado às colônias (enricar as metrópoles), o emprego de trabalho compulsório, sendo a escravidão a sua forma limite, se impôs como única "opção" capaz de garantir, pela vigilância e por todo tipo de coação disponível, que os produtores diretos não se desviassem de sua "missão", qual seja, a de produtores de mercadorias exportáveis somente para as suas respectivas metrópoles. A "opção" pelo escravo africano, ao invés do aborígine, respondeu também ao imperioso processo de transferência de renda para as zonas metropolitanas, acumuladoras de capital.

É, pois, a busca pelo acúmulo de capital nas metrópoles a articuladora de todas as peças do sistema colonial mercantilista: o exclusivo metropolitano, o trabalho compulsório e o tráfico negroiro.

### COMENTÁRIOS FINAIS

Sem dúvidas, o texto de Fernando Novais é de uma relevância sem paralelos. Leitura obrigatória.

Na boa tradição historiográfica marxista, maneja, com mestria, categorias como "modo de produção", por exemplo, mostrando-nos - na prática - que a História é mais, muito mais do que um *contar como foi*, mas também - e sobretudo - descobrir a lógica que movimentou (e movimenta) cadeias enormes de fatos aparentemente sem relações uns com os outros, mas que no fundo, lá no fundo, responderam às mesmas determinações inexoráveis e, porque não dizer, responderam de forma previsível.

Não esgota o assunto, pois sua análise restringe-se à superestrutura econômica Moderna, mas constrói sólida plataforma de embarque e desembarque de todo o tipo de teorias. Um excelente paradigma.

*Evandro de Oliveira Machado  
Em 30.12.2003.*